

Como adiar o fim do mundo? Extrema direita, desindustrialização nociva e crise ambiental

How to postpone the end of the world? Far-right, harmful deindustrialization and environmental crisis

Andréa Casa Nova Maia¹, Guaracy Bolivar Araújo Mendes Júnior²

Resumo

O artigo, em caráter de ensaio, se propõe a problematizar a tragédia contemporânea e a catástrofe a partir de uma reflexão sobre a história do tempo presente. A análise pensa o político, no caso a ascensão de governos de extrema direita ao redor do globo, com exemplo recente no Brasil republicano, em relação aos processos de transformação do mundo do trabalho. Discute a (des)industrialização nociva e, principalmente, o problema ambiental e a crise climática que atinge uma proporção até mais aterrorizante por ter sido impulsionada pelo discurso negacionista dos próprios governantes de extrema direita. Nossa hipótese é a de que há uma intrínseca relação entre crescimento de ideologias de extrema direita com as novas configurações do mercado e uma leitura do mundo trágica que parece já contar com a irreversibilidade do fim do mundo diante da emergência climática. Conseguiremos “adiar o fim do mundo”, para parafrasear o filósofo indígena Ailton Krenak (2019)?

Palavras-chave: Extrema direita; Desindustrialização nociva; Crise ambiental; Memória.

Abstract

The article, in the form of an essay, aims to problematize contemporary tragedy and catastrophe through a reflection on the history of the present time. The analysis considers the political, specifically the rise of far-right governments around the globe, with a recent example in republican Brazil, in relation to the transformative processes of the world of work. It discusses noxious (de) industrialization and, primarily, the environmental problem and the climate crisis, which has reached an even more terrifying proportion due to the denialist discourse of far-right governments themselves. Our hypothesis is that there is an intrinsic relationship between the growth of far-right ideologies and the new market configurations, alongside a tragic worldview that seems to already assume the irreversibility of the world's end in the face of the climate emergency. Will we be able to “postpone the end of the world,” to paraphrase the indigenous philosopher Ailton Krenak (2019)?

Keywords: Far-right; Noxious deindustrialization; Environmental crisis; Memory.

¹ Doutora em História Social da Cultura pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH-UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, Distrito Federal, Brasil. *E-mail:* andreacn.bh@gmail.com

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Professor Auxiliar do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *E-mail:* guaracyaraujo@gmail.com

Introdução

A história conhece muitos períodos de tempos sombrios, em que o âmbito público se obscureceu e o mundo se tornou tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que mostre a devida consideração pelos seus interesses vitais e liberdade pessoal. [...] Não podemos dominar o passado mais do que desfazê-lo. Mas podemos nos reconciliar com ele. A forma para tal é o lamento, que brota de toda recordação. É, como disse Goethe (na Dedicatória de Fausto):

Der Schmerz wird neu, es wiederhold die Klage

Des Lebens labyrinthisch irren Lauf.
(A dor se renova, o lamento repete
O errante curso labiríntico da vida.)

[...] O impacto trágico dessa repetição em lamento afeta um dos elementos-chave de toda ação; estabelece seu sentido e aquele significado permanente que então entra para a história. [...] Tanto quanto seja possível algum “domínio” do passado, ele consiste em relatar o que aconteceu; mas essa narração, que molda a história, tampouco resolve qualquer problema e não alivia nenhum sofrimento; ela não domina nada de uma vez por todas. Ao invés disso, enquanto o sentido dos acontecimentos permanecer vivo – e esse sentido pode persistir por longuíssimos períodos de tempo –, o “domínio do passado” pode assumir a forma da narração sempre repetida. O poeta, num sentido muito geral, e o historiador, num sentido muito específico, têm a tarefa de acionar esse processo narrativo e de envolver-nos nele” (Arendt, 1987).

A recente ascensão ao redor do globo de agentes políticos que partilham perspectivas ideologicamente orientadas pelo extremismo de direita tem gerado amplas consequências nas nações em que este fenômeno é proeminente. Algumas destas consequências são manifestas e tem recebido a atenção regular de estudiosos do fenômeno: em particular aquelas que dizem respeito às crises institucionais suscitadas pela atuação política antidemocrática que tipicamente acompanha este estrato político em sua história. Mas outras delas são menos visíveis e pouco discutidas.

Neste artigo a presença atual do extremismo de direita em cadeiras de comando político ao redor do mundo será analisada a partir de dois focos paralelos. O primeiro diz respeito à (des) industrialização e suas consequências nocivas. O segundo parte da dramática crise ambiental que assola nosso planeta de forma crescente. A (des) industrialização nociva e a crise ambiental podem ser conjugadas na medida em que ambas demandam transformações abrangentes nas cadeias produtivas e nos sistemas econômicos nacionais e internacionais. Mas temos bons motivos para acreditar que a gestão praticada por extremistas de direita em escala global não favorecerá tais transformações. Ao contrário: a hipótese deste artigo é a de que estes gestores tendem e tenderão a aprofundar os desafios em questão e a ampliar o alcance de suas consequências negativas. O extremismo de direita no poder se apresenta neste viés como ameaça global de grandes proporções ao reforçar percepções trágicas acerca de nossa temporalidade e futuro nas quais se considera a possibilidade de um fim iminente da espécie humana ou mesmo da vida em geral no Planeta Terra.

Hannah Arendt, ao evocar o poeta Goethe falando da tragédia da modernidade, o aproxima ao historiador. De acordo com a filósofa alemã, citada na epígrafe que abre o artigo, a tragédia, mais do que forma literária, representa um processo de reconhecimento. Para Arendt (1987, p. 27), “o herói trágico se torna cognoscível por reexperimentar o que se fez sob o sofrimento, e nesse *páthos*, ao novamente sofrer o passado, a rede de atos individuais se transforma num acontecimento, num todo significativo”. O ator se transforma em sofredor e ocorre o desfecho. Daí que “mesmo enredos não trágicos se tornam autênticos acontecimentos apenas quando são experimentados uma segunda vez, sob a forma de sofrimento, com a memória operando retrospectiva e perceptivamente.” (Arendt, 1987, p. 28). Por isso, um olhar para o trágico aproxima o poeta ao historiador: a memória se expressa,

para Hannah Arendt, quando a indignação e a justa cólera que nos levam a agir foram obliteradas e impedidas. Ela nos oferta o sentido e a dimensão dos sofrimentos pessoais e coletivos. Assim, o trabalho do historiador é central para que possamos significar o presente e destacar seus caracteres trágicos e lastimáveis. A observação conjugada da crise ambiental e das convulsões sociais advindas da desindustrialização nos abre assim uma janela para a “tragédia do presente”. O que nos impulsiona, sobretudo como “dever de memória”, a acionar o passado recente, em que ocorreu a coincidência de uma pandemia global com a ascensão de governos de extrema direita negacionistas, é justamente a premência da questão posta pela pensadora: “em que medida ainda temos alguma obrigação para com o mundo, mesmo quando fomos expulsos ou nos retiramos dele?” (Arendt, 1987, p. 29). A busca de compreensão, via história e historiografia, ou até mesmo a partir da poesia, podem nos ensinar algo sobre estes tempos tão tristes e sombrios.

Acreditamos que um bom ponto de partida para uma reflexão sobre o trágico no mundo contemporâneo é começar por breves reflexões sobre o político, partindo para a análise das consequências deletérias do extremismo de direita através de uma caracterização histórica e panorâmica deste estrato político.

O extremo direitismo é um agregado de subculturas político-ideológicas que começam a se apresentar na época e em reação à Revolução Francesa. De um ponto de vista político-institucional os primeiros extremistas de direita partilhavam forte recusa ao modelo de Estado baseado no princípio da soberania popular que a Revolução Francesa difundiu. Diante do avanço social de elementos de uma cultura política democrática movimentos antirrevolucionários como o Ultramontanismo

afirmarão a eterna legitimidade das monarquias e sua sanção divina, a existência de princípios metafísicos e teológicos que informam e dão sentido aos ordenamentos políticos e o mérito intrínseco das tradições herdadas. Essas posições são suportadas por um conjunto abrangente de críticas aos pensadores e ideólogos cujas propostas foram assimiladas e defendidas no contexto da agitação revolucionária: estes personagens se associam ao movimento iluminista e particularmente a sua versão francesa. Autores como Joseph de Maistre definirão estilos de crítica persistentes aos projetos de transformação política e social suscitados pelo Iluminismo (Robin, 2019, p. 174). Criticam em chave epistêmica o racionalismo, materialismo e cientificismo iluministas e defendem uma interpretação teologicamente centrada da aquisição de conhecimentos. Afirmam assim o primado da fé diante da razão e extraem disso uma acusação política característica: a da “impiedade” ou malignidade revolucionária³. A magnificação negativa dos revolucionários e ideólogos progressistas será uma característica comum a todos os movimentos de extrema direita ao longo dos séculos posteriores.

A afirmação da malignidade intrínseca e intensa de movimentos de transformação social e política oferecerá ao extremo direitismo uma justificativa para reações radicalizadas. Em seu cerne o argumento lembra aquele usado pelas crianças de todas as épocas quando questionadas por sua participação em brigas: “foram eles que começaram”. Os prosélitos do extremismo de direita a partir do século XIX adotarão pautas de cunho heterodoxo. Sua recusa ampla ao sistema democrático ascendente justificará a defesa do autoritarismo (monárquico e depois ditatorial), do uso de “mentiras nobres”, da ação violenta, do expurgo, de todo um conjunto de estratégias retóricas que sancionam o

³ “Para fazer a Revolução Francesa, foi preciso abater a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e perpetrar todos os crimes: para esta obra diabólica foi preciso empregar um tal número de homens viciosos, que nunca talvez tantos vícios tenham agido em concerto para operar um mal” (Maistre *apud* Soares, 2009, p. 250).

engano e a manipulação tendo em vista objetivos supostamente “superiores” (Hirschman, 1992, p. 11-18). Decorre disso um recorrente pragmatismo no uso de recursos e instrumentos de ação política, o qual será legitimado pela adoção de uma antropologia negativa inspirada na Antiguidade: as democracias supostamente gerariam exploradores da credulidade das classes populares, e estes devem ser combatidos com todos os recursos.

As menções e paralelismos para com a cultura pré-moderna sugerem que a experiência temporal associada ao extremismo de direita é *sui generis*. Teóricos como François Hartog e Reinhart Koselleck afirmam que a Revolução Francesa criou condições para uma nova experiência do tempo na cultura ocidental e posteriormente mundial⁴: nela é o futuro e não o passado (como fora até então) que chancela os empreendimentos do presente (Hartog, 2013; Koselleck, 2006). De acordo com o historiador alemão, uma correta compreensão do extremo direitismo demanda que reconheçamos neste um verdadeiro combate contra este modelo de experiência temporal – o que pode ser nomeado como antimodernismo reacionário⁵. As subculturas em questão podem ser todas associadas a esta premissa, mesmo aquelas nas quais adesões táticas à modernização se fazem presentes, como o fascismo e o nazismo históricos. Elas promovem um curto circuito nas formas dominantes de experiência temporal a partir da Revolução Francesa. O extremo direitismo é definido em profundidade por uma idealização do passado que é tomado como referência portadora de autoridade, dentro de um quadro no qual o decurso temporal tende a ser esvaziado em prol de uma perspectiva perenista e essencialista. O Tradicionalismo é talvez o melhor exemplo desta atitude. Ele afirma que existem

verdades perenes que transcendem o tempo histórico e desafiam toda forma de racionalidade, em especial aquela orientada pelos pressupostos de uma visão científica do mundo (Sedgwick, 2020).

A relativa negação dos processos de modernização faz com que o extremo direitismo tenha pouco interesse em oferecer julgamentos matizados sobre aspectos constitutivos desta. A idealização do modo de vida das sociedades agrárias pré-industriais é recorrente neste estrato político. Nestas sociedades se faria presente um ordenamento essencialista no qual o “sangue”, a descendência familiar estabeleceria “os devidos lugares” para os sujeitos a partir de seu nível socioeconômico, idade, gênero e ocupação. A industrialização será observada sobretudo a partir de seus efeitos sociais negativos. Questões ambientais têm pouco espaço e mesmo sentido quando apostas a um mundo idealizado de relações agrárias no qual a intervenção humana tem pouca relevância em termos de transformação do mundo natural.

Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial – e em particular o enorme descrédito do nazismo após a guerra e a difusão para a opinião pública mundial do holocausto promovido por este regime – fizeram com que o extremo direitismo se tornasse um bloco ideológico de baixa atratividade entre 1945 e 2001. Seguindo as indicações de Klaus von Beyme, o politicólogo Cas Mudde propõe a ocorrência de quatro “ondas” de extremismo de direita após a Segunda Guerra (Mudde, 2022, p. 30-42). A “quarta onda” teria se iniciado na primeira década do corrente século. Os acontecimentos do dia 11 de setembro de 2001 nos EUA marcam simbolicamente o advento desta onda, mas é sobretudo a partir da crise econômica de 2008 que suas características podem ser observadas com mais clareza.

⁴ “A Revolução Francesa criou uma nova escala de expectativas políticas. Pela primeira vez, os homens sentiram-se capacitados a dominar o tempo histórico, a controlar o futuro e a fazer história em escala mundial” (Koselleck, 2006, p. 35).

⁵ Não é ocasional que teóricos do extremismo de direita como os tradicionalistas René Guénon (1886-1951) e Julius Evola (1898-1974) tenham redigido livros cujos títulos são, respectivamente, “A Crise do Mundo Moderno” (1927) e “Revolta Contra o Mundo Moderno” (1934).

Para Mudde, o diferencial mais marcante da atual voga extremo direitista é a “normalização”: enquanto em décadas passadas as sociedades tendiam a recuar diante de teses radicais à direita, na atualidade elas parecem ser mais palatáveis para setores das opiniões públicas. A este respeito Mudde nos oferece uma distinção preciosa. Ele afirma que movimentos extremo direitistas do passado como o nazismo e o fascismo podem ser considerados “patologias normais” das democracias. A democracia envolve um exercício do poder provisório e não esconde os conflitos políticos das opiniões públicas: ambas as características elencadas são fatores de instabilidade institucional neste regime, favorecendo a eventual emergência de movimentos que afirmam pretender restaurar a “ordem”. Mas segundo o politicólogo holandês, na atualidade assistimos a um processo no qual movimentos e partidos extremo direitistas têm sido assimilados pelos sistemas políticos mesmo na ausência de fatores de instabilidade institucional (Mudde, 2022, p. 203).

Um dos motivos desta inquietante normalização é a ocupação de cargos políticos centrais por extremistas de direita. Ela tem sido constante em escala mundial a partir da década de 2010. A recente ascensão de extrema direita se dá em um contexto histórico-econômico caracterizado por amplos processos de desindustrialização que podem ser observados em diversos países e por gigantescos passivos ambientais em nível planetário. Este cenário de crise também é alimentado pelo esgotamento mundial de recursos e, em particular, pelo aquecimento global. As dificuldades em conter a escalada da temperatura no planeta geram previsões de cenários extremamente preocupantes para as próximas décadas. E assim nos vemos capturados por projeções de futuro nas quais a temporalidade humana, social e política parece amplamente descompassada com o tempo dos processos naturais que ocorrem no planeta (Turim, 2023, p. 705).

Tal descompasso é ainda mais intenso se observamos gestões extremo direitistas – e sua

preocupante convivência com atores sociais e econômicos que aceleram os processos de degradação de nosso planeta e impõem pautas de desindustrialização nocivas às populações. Ele se expressa em visões de mundo cínicas, caóticas, repletas de contradições e de baixa consistência. Como afirma Pádua em artigo recente sobre as lições do pesadelo bolsonarista no Brasil (Pádua, 2024, p. 419-420),

[...] contradições não são um problema para o extremismo da direita. O filósofo inglês Roger Scruton considera que o conservadorismo clássico se desenvolveu em reação aos excessos do individualismo liberal do Iluminismo. O “conservadorismo” atual, cujas visões e slogans circulam internacionalmente, é um amálgama confuso de tradições contraditórias. [...] A suposta procura da “liberdade” individual também se manifestou nas questões ambientais. Os direitos dos empresários que exploravam a floresta amazônica – como garimpeiros, madeiros e criadores de gado – eram defendidos vigorosamente contra os “abusos” das autoridades ambientais. Esta posição servia tanto para fins ideológicos como pragmáticos, uma vez que as elites econômicas locais contribuíam regularmente para campanhas eleitorais. Mas o apoio à “liberdade de destruir” também marginaliza preocupações planetárias maiores – como o papel da floresta na mitigação das alterações climáticas que prejudicam a humanidade no seu todo. Esses argumentos são respondidos com negacionismo e descartados como “narrativas” que não foram totalmente comprovadas. O destino da Amazônia é reduzido a uma mera disputa territorial local.

É importante perceber a relação entre ascensão de governos de extrema direita com as transformações no mundo do trabalho em face aos processos nocivos de desindustrialização. Também cabe observar como as difíceis questões ambientais de nosso tempo são reforçadas pela atitude de negação adotada por estes grupos políticos. Sua irresponsabilidade e mesmo convivência com processos que aprofundam estas crises demonstram baixo apreço pelo bem comum e mesmo pelas populações que governam.

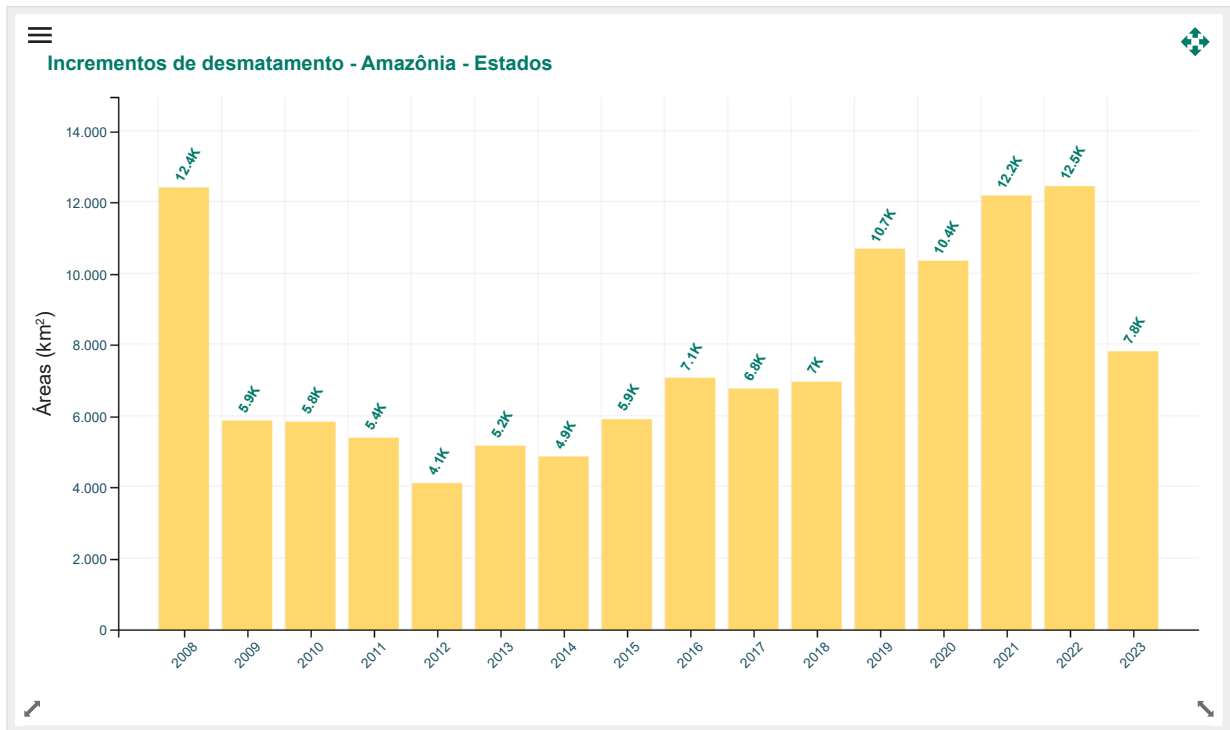
Sobre desindustrialização nociva e eventos climáticos extremos face ao negacionismo da extrema direita

Tendo como exemplo o governo Bolsonaro e o tratamento das questões ambientais, é possível exemplificar o prejuízo ao percebermos os dados

sobre o desmatamento na Amazônia durante o último governo.

O gráfico a seguir é a clara demonstração de que gestores de extrema direita contribuem para o avanço das crises em vez de responder positivamente a elas. Principalmente em se tratando de crise climática.

Gráfico 1 - Incremento de desmatamento na Amazônia.



Fonte: INPE [2024].

Enquanto escrevemos este ensaio o Brasil queima devido à ação de criminosos ideologicamente motivados pela adesão às posições do ex-presidente da República. As queimadas estão sendo associadas por órgãos de imprensa brasileiros ao agronegócio e diversos ruralistas estão sendo investigados por serem os possíveis mandantes daqueles que estão colocando fogo em reservas florestais não só na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado, como em bosques e parques florestais até de cidades como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. A cidade de São Paulo foi considerada no mês de setembro de 2024 como a mais poluída

grande metrópole do mundo, com a qualidade do ar péssima por conta da fuligem das queimadas pelo país, dentre outros fatores decorrentes das mudanças climáticas e do descaso e inação dos governantes. O rio Madeira, um dos maiores rios do Brasil, está seco. E isso está claramente ligado à gestão Bolsonaro.

Em 1988, o governo brasileiro promoveu a criação, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de um sistema internacionalmente elogiado para o monitoramento do desmatamento por meio de satélites. Um subsistema de detecção de desmatamento em

tempo real, chamado DETER, ajudou na implementação precisa de políticas de combate à destruição florestal. Em 2019, quando os dados mapearam um aumento no desmatamento, o governo acusou seu próprio instituto de falsificar os dados e de ser manipulado por ONGs internacionais. Nos quatro anos do governo Bolsonaro, quase sessenta por cento mais florestas foram desmatadas do que nos quatro anos anteriores. Claramente, a intensidade do desmatamento na Amazônia depende do governo federal. Quando há disposição para reprimir o desmatamento ilegal, como aconteceu entre 2004 e 2014, os agentes de destruição e especulação de terras na região recuam e direcionam suas energias para atividades econômicas urbanas (Pádua, 2024, p. 420).

No gráfico acima, também podemos perceber que já no novo governo, apesar da crise climática, ocorreu um decréscimo de cerca de 66% no desmatamento da Amazônia. Mas isso, infelizmente, não conseguiu barrar a destruição anterior e estamos chegando a um ponto irreversível. Não conseguimos “adiar o fim do mundo” como propunha Ailton Krenak em seu livro lançado em 2019 (Krenak, 2019). A falta de reconhecimento da diversidade, intrínseca ao discurso negacionista de extrema direita, a dificuldade de reconhecimento de que o ser humano não é superior aos demais seres acabou por aprofundar a crise e nos levar cada vez mais em direção ao abismo.

Para além do meio ambiente, um outro conjunto de problemas que assolam o planeta em nosso tempo se vincula à desindustrialização nociva e consequente precarização do trabalho em escala mundial. A partir dos anos 1980 observa-se uma guinada mundial na adoção de padrões neoliberais de governança, processo condicionado pela ação eficiente de *think tanks* em todo o mundo na difusão e defesa de tais padrões. A Sociedade Mont Pèlerin, *think tank* sediado na Suíça, articula em torno de si centenas de organizações derivadas que atuam em mais de uma centena de países como agentes propagadores das teses neoliberais (Mirowski, 2013). O desemprego, as perdas salariais e

a sobre-exploração resultantes da entronização de teses neoliberais ao redor do mundo tem sido um dos principais combustíveis da recente ascensão da extrema direita. A radicalização destes padrões a partir da crise de 2008 acirrou a defesa neoliberal de instituições públicas amplamente minimizadas e maximamente orientadas por padrões de mercado (Mirowski, 2013). O esvaziamento da infraestrutura dos estados parece apontar para um futuro anarcocapitalista, em particular no que diz respeito aos mercados de trabalho. Hoje o mundo do trabalho se apresenta com a hegemonia de padrões de produção flexíveis e desregulamentados, com “altíssima incidência” de informalidade e do chamado “subemprego”. Essa tendência, gestada desde os anos 1970, mas que atingiu seu ápice em nível internacional com a crise econômica de 2008, alcançou novo patamar no Brasil com a pandemia de Covid-19.

Segundo os teóricos da Escola da Regulação o capitalismo na era neoliberal é marcado pela predominância da financeirização. Esse fenômeno reflete uma reconfiguração estrutural na qual o capital acumulado nas instituições financeiras deixa de atuar primariamente como um meio de fomento à expansão dos sistemas produtivos. Em vez disso, assume uma lógica própria de autovalorização por meio de operações especulativas e dinâmicas financeiras desvinculadas da produção material. A financeirização alterou as formas de regulação e os modos de crescimento econômico próprios do capitalismo industrial. Enquanto este era social e territorialmente definido pelas unidades de produção, o capitalismo financeirizado é desterritorializado e prescindido da formação de contextos sociais favoráveis aos processos de produção. Por isso promove desindustrialização em países que oferecem um custo mais alto em termos de salários enquanto estabelece novas cadeias produtivas maximamente eficientes com baixo engajamento nos territórios e sociedades nas quais subsidiárias e “maquiadoras” são erigidas. A financeirização se fez acompanhar

por um rebaixamento contínuo de salários em escala global, bem como pela difusão do subemprego e da informalidade no campo do trabalho nas últimas décadas.

A chamada “uberização” do trabalho impõe novos desafios à organização dos trabalhadores, pois além de retirar o contratado do escopo de proteção formal de garantias, mistifica sua própria condição de trabalhador, apresentando-o como “empreendedor”, “colaborador” etc. Além disso, aquilo que antes era entendido como trabalho precário, condição débil reduzida a trabalhadores em posições sociais de baixa escolaridade, hoje é uma tendência que se alastra na força de trabalho em todos os seus segmentos (educação, área jurídica, saúde, entre outros).

A partir do governo Vargas, o Brasil destacou-se como um exemplo de crescimento industrial acelerado, refletindo uma fase de industrialização vigorosa que transformou diversas regiões do país. No entanto, nas últimas décadas, esse cenário mudou drasticamente, dando lugar a um processo de desindustrialização. Esse fenômeno tem se espalhado por várias áreas do Brasil, afetando profundamente a economia e o mercado de trabalho. Para ilustrar o impacto dessa mudança, em 2021, a participação da indústria de manufatura no Produto Interno Bruto (PIB) caiu para apenas 11,3%. O declínio foi acompanhado por uma queda significativa no número de empregos no setor industrial, o que simboliza uma mudança estrutural expressiva.

Um marco desse processo foi o fechamento das fábricas da Ford em cidades estratégicas como Taubaté, em São Paulo, Camaçari, na Bahia, e Belo Horizonte, em Minas Gerais, todas em 2021. Essa fábrica de produção de automóveis tinha mais de um século de operação no Brasil, e o seu fechamento representou para muitos o fim de uma era para a economia do país. Além disso, o encerramento das atividades da Mercedes-Benz contribuiu para agravar essa sensação de perda industrial, marcando o

declínio de uma era de forte presença das montadoras estrangeiras no Brasil que possuíam muitos trabalhadores em seus parques industriais.

As análises históricas sobre a desindustrialização têm sido fundamentais para entender suas causas e impactos a longo prazo. Essas investigações não se limitam apenas aos aspectos econômicos, mas também oferecem uma visão mais ampla e integrada dos efeitos sociais, ambientais e urbanos desse processo. A desindustrialização tem causado profundas transformações nas comunidades operárias, alterando não só a forma como essas pessoas vivem, mas também deixando marcas permanentes na memória coletiva e no tecido social dessas regiões.

O impacto global desse fenômeno também não pode ser ignorado. Em países como o Reino Unido e os Estados Unidos, movimentos políticos contemporâneos, como o Brexit e o Trumpismo, são frequentemente associados às consequências da desindustrialização. Estudos de Bhambra (2017), Cowie (2017) e outros, destacam como esses fenômenos políticos emergiram em resposta às mudanças econômicas e sociais decorrentes do declínio industrial, o que corrobora nossa hipótese de que é preciso pensar a ascensão da extrema direita negacionista no Norte e no Sul global em relação direta com as transformações do mundo do trabalho a partir da desindustrialização, bem como o acirramento dos problemas ambientais.

No Brasil, os problemas enfrentados pelas comunidades que sofrem com o fechamento de fábricas são o foco central dos estudos sobre desindustrialização. Essas pesquisas destacam as dificuldades econômicas, o desemprego e a desestruturação social que surgem quando uma indústria local é fechada. Por outro lado, estudos de justiça ambiental concentram-se nas questões relacionadas aos efeitos epidemiológicos, riscos industriais e degradação ambiental, problemas que muitas vezes são vistos como independentes da desindustrialização. No entanto, é importante notar que esses

dois conjuntos de problemas estão profundamente conectados. A desindustrialização pode afetar simultaneamente várias comunidades, especialmente quando analisada pelo prisma da redução de empregos, e não apenas pelo fechamento físico de fábricas.

Em síntese, o processo de desindustrialização no Brasil reflete uma tendência global, com consequências profundas para a economia, o ambiente e o bem-estar das comunidades. A queda da indústria manufatureira e o fechamento de fábricas icônicas são sinais claros de que o país enfrenta desafios estruturais que exigem uma compreensão complexa e uma ação eficaz para mitigar seus impactos sociais e econômicos.

Um dos aspectos mais evidentes da desindustrialização é o dano ambiental. Nos EUA, há uma vasta literatura sobre os *Superfund sites*, antigas áreas de produção industrial abandonadas, mas que necessitam de fundos especiais para descontaminação antes de conversão para outros usos (Browning, 2021; Grad, 1982). Causas célebres do movimento ambientalista, como o caso de *Love Canal*, no estado de New York, EUA, emergem exatamente de situações em que desindustrialização e desigualdade social se sobrepõem (Newman, 2016).

Segundo David Harvey (2005), a acumulação de capital ocorre tanto pela exploração direta da força de trabalho, quanto por meio da espoliação de pessoas e de territórios. Neste sentido, a espoliação envolve práticas como a extração de recursos naturais de forma intensa, ignorando os impactos sociais e ambientais, o que evidencia a relação direta entre o capitalismo e a degradação ambiental, colocando em risco o ecossistema e as comunidades que dependem de tais recursos naturais. Nas suas palavras,

[...] é possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um

declínio acentuado. Logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante (Harvey, 2005, p. 117).

A história da desindustrialização oferece elementos centrais para a caracterização de nosso presente. Esta história nos oferece uma narrativa relevante que articula as atuais preocupações suscitadas pela ampla crise ambiental e aquelas que advêm do mundo do trabalho.

Considerações finais

Como alguém que se mantém à tona num naufrágio por subir no topo de um mastro que já se desmorona. Mas dali ele tem uma oportunidade de fazer sinais que levem à sua salvação (Walter Benjamin, numa carta a Gerhard Scholem datada de 17 de abril de 1931).

A pessoa que não consegue enfrentar a vida sempre precisa, enquanto viva, de uma mão para afastar um pouco de seu desespero pelo seu destino..., mas com sua outra mão ela pode anotar o que vê entre as ruínas, pois vê mais coisas, e diferentes, do que as outras; afinal, está morto durante sua vida e é o verdadeiro sobrevivente. Franz Kafka, Diários, apontamento de 19 de outubro de 1921 (Benjamin; Kafka *apud* Arendt, 1987, p. 148-149).

Ao definirmos algumas características do discurso e ação da extrema direita atual, chegamos a algumas conclusões que podem contribuir para o debate. Percebemos que, em primeiro lugar, é essencial analisar como o estilo de campanha e a abordagem argumentativa que definem a extrema direita se fundamentam em um discurso que prioriza a polarização em torno de questões de costumes. Temas como a defesa de um modelo heteronormativo de família, a defesa de valores

religiosos e a oposição a direitos civis de minorias são recorrentes na retórica extremo direitista contemporânea (Fangen; Lichtenberg, 2021). Campanhas eleitorais recentes de partidos de extrema direita em diversos países utilizaram como bandeira a luta contra a chamada “ideologia de gênero” – uma estratégia que tem levado ao incremento dos índices de ataques homofóbicos em escala global, o que infelizmente não tivemos fôlego para tratar neste breve ensaio, mas que é preciso ser citado num esforço de caracterização dessa nova extrema direita e seus avanços no globo.

A estratégia retórica da extrema direita frequentemente recorre à desqualificação moral dos opositores, criando um ambiente em que a crítica “*ad hominem*” aos adversários se torna mais relevante do que a apresentação de propostas. Em campanhas políticas recentes na Europa e nos EUA líderes deste estrato político têm enfatizado a suposta ameaça que a imigração representa para a cultura nacional – enquanto evitam discutir políticas efetivas para a integração de imigrantes ou iniciativas que abordem os problemas socioeconômicos vivenciados pelas populações (Omar; Hamouda; Aldawsari, 2020).

Essa ênfase em questões de moralidade e comportamento, como a defesa da “segurança” e do “patriotismo”, acaba eclipsando a assunção de responsabilidades por parte das instituições públicas e de seus agentes. Temas relativos à moralidade individual ou à ética de determinados grupos ganham proeminência desproporcional em sua narrativa, como observado em campanhas que exploram o pânico moral em torno das drogas ou da criminalidade, enquanto negligenciam debates sobre educação, saúde pública e políticas sociais. Esse fenômeno empobrece o debate público e contribui para perpetuação do desinteresse das sociedades em relação a suas necessidades reais. Ao priorizar o apelo emocional e a retórica polarizadora a extrema direita limita a capacidade das sociedades de enfrentar os desafios que as afligem.

Em segundo lugar, a cultura política e as tradições que fundamentam o discurso da extrema direita revelam-se impermeáveis a discussões relevantes sobre os problemas emergentes dos processos de modernização e industrialização que marcaram os últimos séculos. A perspectiva voltada para o desenvolvimento industrial e a modernização tecnológica cede espaço neste estrato político a uma indiferença alarmante em relação às consequências materiais geradas por tais transformações. O imaginário que permeia o discurso extremo direitista a respeito da industrialização é notavelmente restrito e idealizador; porta uma nostalgia por um passado agrário que idealiza as relações sociais a partir de uma ótica provinciana e rural.

Ao se apoiar nesse ideal agrário, o extremismo de direita no poder promove uma reconfiguração das forças políticas e econômicas, centrando-se no setor agropecuário e no agronegócio, o que resulta em uma valorização desproporcional desses interesses econômicos em detrimento de uma análise crítica das consequências da desindustrialização e das urgentes crises ambientais que afligem o nosso tempo.

Um exemplo claro dessa dinâmica ocorreu, como já citado ao longo do artigo, no Brasil contemporâneo, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), em que as demandas do agronegócio foram amplamente legitimadas e privilegiadas, como evidenciado pela flexibilização de leis ambientais e pelo estímulo a práticas agrícolas potencialmente danosas (Pompeia, 2021). E as consequências de um governo que “deixou a boiada passar” (expressão usada pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, em plena pandemia, quando defendeu mudar as regras de proteção ambiental e agricultura enquanto a mídia estava voltada para a Covid-19), dando apoio incondicional ao setor agrário. Não só obscureceu preocupações referentes à recuperação da indústria nacional, mas também ignorou os desafios ecológicos prementes

que os países enfrentam, como a redução da biodiversidade e a crescente degradação dos recursos naturais. Portanto, a abordagem da extrema direita em relação à modernização não apenas negligencia aspectos cruciais do desenvolvimento contemporâneo, mas também contribui para a perpetuação de um modelo econômico insustentável a longo prazo.

Em terceiro lugar, os processos de desindustrialização são acentuados por configurações políticas que, de maneira crescente, marginalizam o setor industrial, um fenômeno que se torna ainda mais evidente sob a gestão de líderes de extrema direita. A crise do emprego, resultado direto do retrocesso industrial, é frequentemente naturalizada por esses líderes, que tendem a atribuir o desemprego a falhas morais ou à falta de mérito individual, relegando às causas socioeconômicas subjacentes o tratamento que merecem. Essa postura não apenas obscurece a real dimensão da crise, mas também impede uma busca efetiva por soluções para o desemprego, perpetuando um ciclo vicioso onde a desindustrialização gera desemprego, e o desemprego, por sua vez, fomenta uma nova onda de desindustrialização (Carrez, 2024, p. 135).

O exemplo da crise industrial na Europa (onde a desindustrialização levou a um aumento acentuado do desemprego em várias regiões) é sugestivo. Diante de tais situações líderes extremistas de direita frequentemente exploram o descontentamento popular, desviando a atenção das causas reais e propondo soluções superficiais que não abordam os problemas estruturais, como a falta de investimento em inovação e formação profissional.

Naomi Klein, em sua obra “A Doutrina do Choque”, argumenta com vigor que grandes crises econômicas e sociais fornecem um terreno fértil para o estabelecimento de regimes autocráticos e autoritários, um risco que se agrava pela inação da extrema direita diante desses desafios (Klein, 2008). A crise do desemprego torna-se, assim, não

apenas uma questão de agenda econômica, mas um vetor que pode ampliar a fragilidade democrática e alimentar a ascensão de discursos que culpam minorias e grupos marginalizados, difundindo teses majoritárias que reforçam preconceitos e estereótipos, mas não levam à solução de problemas públicos. Essa dinâmica revela não apenas falta de compromisso com a recuperação do setor industrial, mas também um desprezo pelas condições daqueles que mais sofrem com as consequências da desindustrialização.

Por fim, o negacionismo científico, uma postura que se revela frequentemente associada ao extremismo de direita desde seus primórdios, compromete gravemente a percepção pública e a capacidade da sociedade de enfrentar os efeitos deletérios da desindustrialização, assim como as externalidades ambientais geradas pelo atual sistema produtivo. Essa negação do conhecimento científico, ao rejeitar dados e evidências estabelecidas sobre as mudanças climáticas e suas causas, perpetua a ignorância sobre as complexidades ambientais e contribui para a intensificação de problemas já alarmantes.

Um exemplo eloquente dessa dinâmica pode ser observado nas políticas de alguns governos que desconsideram as recomendações de organismos científicos sobre a necessidade de transição para energias renováveis. Em muitos casos, líderes extremistas minimizam ou ignoram as consequências da poluição e das emissões de carbono, favorecendo interesses econômicos imediatos, como a exploração de combustíveis fósseis. Essa atitude inviabiliza a implementação de políticas eficazes para mitigar os impactos ambientais e gera uma maior vulnerabilidade das comunidades a eventos climáticos extremos, como secas e inundações.

O negacionismo científico não apenas prejudica a capacidade de resposta a questões críticas como a desindustrialização e a crise ambiental, mas também alimenta um ciclo de desinformação

e fatalismo que impede o progresso social e econômico. Ao subestimar a importância da pesquisa e dos dados científicos, o extremismo de direita não só coloca em risco as bases do desenvolvimento sustentável, mas também compromete o futuro das próximas gerações, que herdarão um planeta debilitado por decisões políticas irresponsáveis.

A extrema direita dá as costas para a modernidade ao idealizar um modo de vida perenista, ao se recusar a observar as consequências sociais da industrialização e da desindustrialização, ao alimentar de modo irresponsável processos econômicos e sociais que amplificam o alcance das crises de nosso tempo, ao propor ideais espirituais que tipicamente obscurecem o interesse de seus prosélitos pelas infelizes questões materiais e ambientais que se colocam nas primeiras décadas do século XXI. Formam-se assim frentes negacionistas cuja atuação política ao final leva ao aprofundamento do desemprego suscitado pela desindustrialização e da crise climática que avança rapidamente.

A tempestade do progresso figurada por Walter Benjamin parece nos impulsionar decididamente para a catástrofe; o Anjo da História nunca teve diante de si tanta ruína quanto neste início de século XXI. Quiçá este anjo apavorado possa ceder lugar ao pássaro Sankofa⁶: compreender a história das calamidades para que elas não se repitam. Ao tentarmos precisar o sentido de condições decisivas para a emergência deste presente e sua tragicidade – desindustrialização, profunda crise ambiental, gestões irresponsáveis de extremistas de direita – esperamos contribuir para a compreensão de nosso tempo e seus padecimentos. E também oferecer elementos para a grande discussão que se dissemina pelo planeta: como *adiar o fim do mundo*?



⁶ Sankofa é o ideograma, o grafismo que alegoriza o tempo e a ancestralidade. Simboliza um ser que mantém os pés firmes no solo, com a cabeça e o bico voltados para trás, enquanto segura um ovo. O ovo representa o passado, simbolizando que o pássaro segue em direção ao futuro, sem perder de vista o que ficou para trás. Esse conceito transmite a ideia de que, para construir um futuro promissor, é necessário conhecer e compreender o passado. Sankofa e seus dois símbolos são originários do povo Akan, que habita as regiões de Gana e Costa do Marfim, na África Ocidental. Significa “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás” (Nascimento, 2008, p. 31).

Referências

- ARENDRT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BHAMBRA, Gurinder K. Brexit, Trump, and ‘methodological whiteness’: on the misrecognition of race and class. *The British Journal of Sociology*, London, v. 68, n. 1, 2017.
- BROWNING, Elizabeth G. Wastelanding and Racialized reproductive labor: “long dyings” in east chicago from urban renewal to superfund remediation. *Environmental History*, New York, v. 26, n. 4, p. 749-775, 2021.
- CARREZ, Maurice. Désindustrialisation désenchantement et vote d’extrême droite. *Cahiers d’Histoire*, Paris, n. 160, p. 129-136, 2024.
- COWIE, Jefferson. How Labor Scholars Missed the Trump Revolt. *Chronicle of Higher Education*, Washington, 1 Sept. 2017. Disponível em: <https://www.chronicle.com/article/how-labor-scholars-missed-the-trump-revolt/>. Acesso em: 17 set. 2024.
- EVOLA, Julius. *Revolta contra o mundo moderno*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- FANGEN, Katrine; LICHTENBERG, Lianne. Gender and family rhetoric on the German far right. *Patterns of Prejudice*, London, v. 55, n. 1, p. 71-93, 2021. DOI: 10.1080/0031322X.2021.1898815.
- GRAD, Frank P. A legislative history of the comprehensive environmental response, compensation and liability (Superfund) Act of 1980. *Columbia Journal of Environmental Law*, New York, v. 8, p. 1, 1982.
- GUÉNON, René. *A crise do mundo moderno*. Lisboa: Editorial Vega, 1977.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Terra Brasilis. *Incrementos de desmatamento*. Brasília, DF: INPE, [2024]. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 19 set. 2024.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KRENAK, Aílton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- MIROWSKI, Philip. *Never let a serious crisis go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown*. New York: Verso Books, 2013.
- MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.
- NASCIMENTO, Elisa L. (org.). *A matriz africana no mundo*. Sankofa. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- NEWMAN, Richard S. *Love Canal: a toxic history from colonial times to the present*. New York: Oxford University Press, 2016.
- OMAR, Abdulfattah; HAMOUDA, Wafya Ibrahim; ALDAWSARI, Mohammed. A discourse-historical approach to populism in the right-wing discourse on immigration. *International Journal of English Linguistics*, Ontario, v. 10, n. 3, p. 151-158, 2020.
- PÁDUA, José Augusto. Facing environmental denialism: lessons from the Bolsonaro nightmare. *Global Environment*, Cambridgeshire, v. 17, p. 415-424, 2024.
- POMPEIA, Caio. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 53, p. 115-139, set./dez. 2021.
- ROBIN, Corey. *La mente reaccionaria: el conservadurismo desde Edmund Burke hasta Trump*. Madrid: Capitán Swing, 2019.
- SEDGWICK, Mark. *Contra o mundo moderno: o tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.
- TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023.

Recebido em: 19 ago. 2024

Aceito em: 23 set. 2024

